

Procedimentos de Reclamação por Discriminação Sexual do Título IX

VISÃO GERAL

A Escola Agrícola e Técnica Essex North Shore (“Escola”) está comprometida em manter ambientes escolares livres de **discriminação com base no sexo**.

A **discriminação sexual**, que inclui **assédio com base no sexo**, sob qualquer forma ou motivo, é **proibida**. Isso inclui discriminação sexual praticada por administradores, funcionários, estudantes, fornecedores e outros indivíduos na escola ou em eventos relacionados à escola. Exceto conforme previsto no **Título IX**, nenhuma pessoa, com base em sexo, será **excluída da participação, privada dos benefícios ou sujeita à discriminação** em programas ou atividades acadêmicas, extracurriculares, de pesquisa, treinamento ocupacional ou outros programas educacionais operados pela Escola.

A Escola **não discrimina com base no sexo** em seus programas ou atividades educacionais, conforme exigido pelo **Título IX das Emendas à Educação de 1972**, incluindo admissões e emprego. Retaliação contra qualquer indivíduo que tenha denunciado **discriminação sexual**, incluindo assédio com base no sexo, ou contra alguém que tenha participado, ou se recusado a participar, de uma **investigação**, é **ilegal** e não será tolerada pela Escola.

A Escola adotou **procedimentos de reclamação** que garantem a **resolução rápida e equitativa** de queixas feitas por estudantes, funcionários ou outros indivíduos que participam ou tentam participar de seu programa educacional ou atividade, ou pelo(s) Coordenador(es) do Título IX, alegando qualquer ação que seria proibida pelo Título IX ou seus regulamentos.

ESCOPO

O Procedimento de Reclamação do Título IX foi desenvolvido em conformidade com os regulamentos revisados do Título IX, **34 CFR Parte 106**, em vigor a partir de **1º de agosto de 2024**, que exigem procedimentos específicos para responder e investigar todas as alegações de **discriminação sexual** sob o Título IX, incluindo **assédio com base no sexo**. Assédio com base no sexo inclui **assédio sexual** e outros tipos de assédio baseados em sexo, como **estereótipos de gênero, características sexuais, gravidez ou condições relacionadas, orientação sexual e identidade de gênero**.

O Procedimento de Reclamação do Título IX aplica-se a condutas ocorridas **dentro dos Estados Unidos**, no contexto de um **programa ou atividade educacional** da Escola, independentemente de tais programas ou atividades serem realizados **dentro ou fora das dependências escolares**. Além disso, a Escola tem a obrigação de lidar com **um ambiente hostil baseado em sexo** dentro de seu programa educacional ou atividade, mesmo que parte da conduta tenha ocorrido fora desses contextos.

Alegações de condutas que se enquadram na definição de **discriminação sexual**, incluindo relatos de assédio com base no sexo, serão tratadas por meio do Procedimento de Reclamação do

Título IX. Alegações de condutas que se enquadram na definição de discriminação sexual ou assédio com base no sexo sob o **Título VII da Lei dos Direitos Civis de 1964** (funcionários), **M.G.L. c. 151B** (funcionários) e/ou **M.G.L. c. 151C** (estudantes) também serão tratadas por meio do Procedimento de Reclamação do Título IX.

Todos os funcionários são obrigados a notificar o **Coordenador do Título IX** ao tomarem conhecimento de qualquer conduta que **razoavelmente possa constituir discriminação sexual** conforme o Título IX ou seus regulamentos.

CONFIDENCIALIDADE

A Escola manterá a **identidade** dos **Reclamantes, Respondentes e testemunhas** em sigilo, exceto conforme permitido pela **Lei de Direitos Educacionais e Privacidade da Família (FERPA)**, conforme exigido por lei ou conforme necessário para implementar este Procedimento.

A Escola tomará **medidas razoáveis** para proteger a **privacidade** das partes e testemunhas durante os procedimentos de reclamação, desde que essas medidas não restrinjam a capacidade das partes de:

- Obter e apresentar **provas**, inclusive conversando com testemunhas, sujeito às proibições contra retaliação;
- Consultar seus familiares, recursos confidenciais ou assessores; ou
- Preparar-se ou participar dos **procedimentos de reclamação**.

A Escola **não divulgará** informações pessoais identificáveis obtidas durante a aplicação deste Procedimento, exceto nas seguintes circunstâncias:

1. Quando a Escola tiver obtido **consentimento prévio por escrito** de uma pessoa com o direito legal de autorizar a divulgação;
2. Quando as informações forem divulgadas a um **pai, responsável legal** ou representante autorizado com o direito legal de receber essas informações em nome da pessoa envolvida;
3. Para **executar os objetivos deste Procedimento**, incluindo ações tomadas para tratar condutas que possam razoavelmente constituir discriminação sexual sob o **Título IX** no programa educacional ou atividade da Escola;
4. Quando exigido por **leis federais, regulamentos federais** ou pelos termos e condições de um **prêmio federal**, como um subsídio ou acordo de financiamento; ou
5. Na medida em que tais divulgações não entrem em conflito com o **Título IX**, quando exigidas por **leis estaduais ou locais** ou quando permitidas pela **FERPA** ou seus regulamentos de implementação.

DEFINIÇÕES

Reclamante: Um estudante ou funcionário que supostamente foi sujeito a conduta que pode constituir **assédio com base no sexo** ou **discriminação sexual**, ou uma pessoa que não seja estudante ou funcionário que tenha sido sujeita a conduta que pode constituir **discriminação sexual** e que estava participando ou tentando participar do programa educacional ou atividade da Escola no momento da alegada discriminação sexual.

Reclamação: Solicitação oral ou escrita à Escola que pode ser objetivamente entendida como um pedido para que a Escola investigue e tome uma decisão sobre uma alegada **discriminação sexual**. Não é necessário uma assinatura física ou digital. Uma reclamação pode ser feita pela vítima, responsável legal, Coordenador do Título IX ou, se não for assédio sexual, qualquer estudante, funcionário ou terceiro que participe ou tente participar do programa ou atividade da Escola.

Assédio com Base no Sexo (Título IX): Assédio sexual e outros tipos de assédio com base no sexo, incluindo:

- **Assédio Quid Pro Quo:** Um funcionário ou pessoa autorizada pela Escola para fornecer benefícios condicionando explicitamente ou implicitamente esses benefícios à participação em **conduta sexual indesejada**.
- **Assédio de Ambiente Hostil:** Conduta indesejada com base no sexo que, levando em consideração as circunstâncias totais, é subjetiva e objetivamente ofensiva e tão grave ou generalizada que limita ou nega a capacidade de alguém de participar ou se beneficiar do programa educacional da Escola.
- **Ofensas Específicas:** Agressão sexual, violência no namoro, violência doméstica ou perseguição.

Assédio Sexual sob Título VII: Avanços sexuais indesejados, pedidos de favores sexuais ou condutas verbais ou físicas de natureza sexual que interferem no desempenho de trabalho ou criam um ambiente intimidante, hostil ou ofensivo.

Assédio Sexual sob M.G.L. c. 151B: Avanços sexuais, pedidos de favores sexuais ou condutas verbais ou físicas de natureza sexual que interferem no desempenho de trabalho ou criam um **ambiente hostil, humilhante ou ofensivo**.

Assédio Sexual sob M.G.L. c. 151C: Avanços sexuais, pedidos de favores sexuais ou condutas físicas ou verbais de natureza sexual que interferem no desempenho educacional ou criam um **ambiente educacional ofensivo ou humilhante**.

Discriminação Sexual: Inclui discriminação baseada em **sexo, estereótipos de gênero, características sexuais, gravidez, orientação sexual e identidade de gênero**.

Agressão Sexual: Inclui estupro, sodomia forçada, penetração forçada com objeto, contato indecente, incesto e estupro estatutário, conforme definido pela legislação e relatado no **FBI's Uniform Crime Reporting System**.

Respondente: Indivíduo acusado de ter cometido **discriminação sexual** ou **assédio com base no sexo**.

Retaliação: Intimidação, ameaças, coerção ou discriminação contra qualquer pessoa envolvida nos procedimentos do Título IX com o objetivo de interferir nos seus direitos ou por ter participado ou recusado participar da investigação.

Coordenador do Título IX: Funcionário(s) designado(s) pela Escola para coordenar o cumprimento do Título IX. Suas responsabilidades incluem tratar as partes de maneira equitativa, oferecer medidas de apoio e iniciar procedimentos formais ou informais conforme apropriado. Se precisar de mais definições ou outros detalhes, estou à disposição!

MEDIDAS DE APOIO

Ao receber uma notificação de conduta que **razoavelmente possa constituir discriminação sexual**, incluindo, mas não se limitando a, uma reclamação de **assédio com base no sexo**, o Coordenador do Título IX oferecerá e coordenará medidas de apoio apropriadas para o **Reclamante** e/ou o **Respondente** com o objetivo de **restaurar ou preservar o acesso** dessa pessoa ao programa educacional ou atividade da Escola, ou fornecer apoio durante qualquer etapa dos procedimentos de reclamação do Título IX.

Medidas de Apoio são medidas **individualizadas** oferecidas conforme apropriado, dentro do razoável e sem impor encargos indevidos ao Reclamante ou Respondente. Elas **não têm caráter punitivo ou disciplinar** e são fornecidas **sem custos** para restaurar ou preservar o acesso das partes ao programa educacional ou atividade (incluindo a segurança), ou fornecer apoio durante o processo de reclamação ou resolução informal. Medidas de apoio podem ser oferecidas **antes ou após a apresentação de uma reclamação** ou mesmo na ausência de uma reclamação formal.

Exemplos de Medidas de Apoio incluem, mas não se limitam a:

- Aconselhamento;
- Prorrogação de prazos ou outros ajustes relacionados a cursos;
- Modificações de horários de trabalho ou aulas;
- Serviços de escolta no campus;
- Restrições mútuas de contato entre as partes;
- Alterações nos locais de trabalho;
- Licenças temporárias;
- Aumento da segurança e monitoramento de determinadas áreas do prédio e/ou campus;
- Outras medidas similares.

Violações das restrições impostas por medidas de apoio podem ser consideradas uma violação das **regras da escola** e também podem ser consideradas ao determinar se ocorreu assédio sexual. Se um Reclamante ou Respondente buscar uma **modificação ou reversão** da decisão de fornecer, negar, modificar ou encerrar medidas de apoio aplicáveis, essa solicitação será analisada por um **funcionário imparcial**. Esse funcionário será alguém diferente da pessoa que tomou a decisão contestada e que tenha autoridade para modificar ou reverter a decisão, caso determine que a decisão foi inconsistente com a definição de medidas de apoio estabelecida neste procedimento. O Reclamante e o Respondente também terão a oportunidade de buscar **modificações adicionais ou a rescisão** de uma medida de apoio, caso as circunstâncias mudem significativamente.

O **Coordenador do Título IX não divulgará informações** sobre quaisquer medidas de apoio a outras pessoas, além daquelas a quem elas se aplicam, a menos que seja **necessário** para implementar a medida de apoio ou para restaurar ou preservar o acesso de uma das partes ao programa educacional ou atividade, ou em conformidade com a seção de **confidencialidade** deste Procedimento.

Se o Reclamante ou Respondente for um **estudante com deficiência**, o Coordenador do Título IX consultará, conforme apropriado, um ou mais membros da equipe responsável pelo **Programa de Educação Individualizado (IEP)** do estudante ou do grupo responsável pela decisão de colocação do estudante. O objetivo será garantir a conformidade com os requisitos da **Lei de Educação para Indivíduos com Deficiências (IDEA)** e da **Seção 504 da Lei de Reabilitação de 1973** na implementação das medidas de apoio.

RECLAMAÇÕES

Assédio com Base no Sexo: As seguintes pessoas têm o direito de apresentar uma reclamação de **assédio com base no sexo**, solicitando que a Escola investigue e tome uma decisão:

1. Um estudante ou funcionário da Escola que supostamente tenha sido sujeito a conduta que possa constituir **assédio com base no sexo** sob o **Título IX, Título VII, M.G.L. c. 151B ou M.G.L. c. 151C**;
2. Um pai, responsável legal ou outro representante legal autorizado com o direito de agir em nome do Reclamante; ou
3. O **Coordenador do Título IX** da Escola.

Discriminação Sexual Além do Assédio com Base no Sexo:

Com relação a reclamações de **discriminação sexual** que **não envolvam assédio com base no sexo**, além das pessoas listadas acima, qualquer estudante ou funcionário da Escola, ou qualquer outra pessoa que não seja estudante ou funcionário, mas que estava participando ou tentando participar do programa educacional ou atividade da Escola no momento da alegada discriminação sexual, tem o direito de apresentar uma reclamação.

Reclamações de **discriminação sexual**, incluindo reclamações de assédio com base no sexo e retaliação, serão investigadas **rapidamente e de maneira equitativa** pelo Coordenador do Título IX ou um designado. O Coordenador do Título IX pode atuar como **investigador e tomador de decisão** ou pode designar outro membro da equipe da Escola para conduzir a investigação e emitir uma determinação. Caso um estudante com deficiência seja o Reclamante ou Respondente, o Coordenador do Título IX deverá consultar um ou mais membros da **equipe IEP** ou da **Seção 504** do estudante, a fim de garantir conformidade com os requisitos da **IDEA** e da **Seção 504** durante os procedimentos.

CONSOLIDAÇÃO DE RECLAMAÇÕES

A Escola pode **consolidar reclamações** contra mais de um **Respondente**, por mais de um **Reclamante** contra um ou mais Respondentes, ou de uma parte contra outra parte, quando as alegações surgirem dos **mesmos fatos ou circunstâncias**. A consolidação **não é permitida** se violar a **Lei de Direitos Educacionais e Privacidade da Família (FERPA)**. No entanto, não haverá violação da FERPA se a Escola obtiver **consentimento prévio por escrito** de um pai ou estudante elegível para a divulgação de seus registros educacionais.

PRAZOS

O Coordenador do Título IX, investigador ou tomador de decisão pode **prorrogar razoavelmente qualquer prazo** estabelecido neste Procedimento caso a caso, por **motivos justificados**, com notificação às partes, incluindo a **razão para o atraso**.

Um **relatório às autoridades policiais** ou uma investigação em andamento não atrasará automaticamente a investigação da Escola conforme este Procedimento. No entanto, um pedido das autoridades policiais para adiar a investigação da Escola pode exigir uma **suspensão temporária** da investigação. Nessas circunstâncias, a Escola **retomará prontamente sua investigação** assim que for informada de que a coleta de provas pela polícia foi concluída.

TRATAMENTO EQUITATIVO DAS PARTES

Nos Procedimentos de Reclamação do Título IX da Escola, a Escola tratará **Reclamantes e Respondentes** de maneira **equitativa**. A Escola assegura que o **Coordenador do Título IX**, o **Investigador** e/ou o **Tomador de Decisão** não terão **conflitos de interesse** ou **viés** a favor ou contra os Reclamantes ou Respondentes em geral, ou contra qualquer Reclamante ou Respondente específico. De acordo com o **Título IX** e os regulamentos que entram em vigor em **1º de agosto de 2024**, o Tomador de Decisão pode ser a **mesma pessoa** que atua como Coordenador do Título IX ou Investigador.

Ao investigar uma reclamação de **discriminação sexual**, incluindo **assédio com base no sexo**, a Escola **presume que o Respondente não é responsável** pela alegada discriminação sexual até que uma determinação seja feita ao final dos procedimentos de reclamação.

REMOÇÃO DE EMERGÊNCIA SOB O TÍTULO IX

A Escola pode **remover um Respondente em caráter emergencial** a qualquer momento, desde que a Escola:

1. Realize uma **análise individualizada de segurança e risco**;
2. Determine que existe uma **ameaça iminente e séria** à saúde ou segurança do Reclamante, de um estudante, funcionário ou outra pessoa decorrente das alegações de **assédio com base no sexo e/ou discriminação sexual**, que justifique a remoção; e
3. Forneça ao **Respondente uma notificação e a oportunidade de contestar a decisão** imediatamente após a remoção.

LICENÇA ADMINISTRATIVA

Nada neste Procedimento será interpretado como uma limitação da autoridade da Escola para colocar um **Respondente que seja funcionário em licença administrativa** durante a pendência dos Procedimentos de Reclamação.

ARQUIVAMENTO DA RECLAMAÇÃO

A Escola pode, em qualquer fase deste Procedimento, **arquivar uma reclamação** se:

1. A Escola **não conseguir identificar o Respondente** após tomar medidas razoáveis para fazê-lo;
2. O Respondente **não estiver participando** do programa ou atividade educacional da Escola e **não estiver empregado** pela Escola;
3. O Reclamante **retirar voluntariamente** qualquer ou todas as alegações da reclamação, o Coordenador do Título IX decidir não iniciar uma reclamação e a Escola determinar que, sem as alegações retiradas, a conduta restante descrita na reclamação, se houver, **não constituiria discriminação sexual** sob o Título IX, mesmo que comprovada; ou
4. A Escola determinar que a **conduta alegada**, mesmo se comprovada, **não constituiria discriminação sexual**, incluindo assédio com base no sexo, conforme definido pelo Título IX.

Antes de arquivar a reclamação, a Escola fará esforços razoáveis para **esclarecer as alegações** com o Reclamante.

A Escola notificará o **Reclamante** da base para o arquivamento dentro de **dez (10) dias letivos** após a decisão de arquivamento. Se o arquivamento ocorrer após o Respondente ter sido notificado das alegações, a Escola também notificará o **Respondente** sobre o arquivamento e a base para a decisão, prontamente após a notificação ao Reclamante, ou simultaneamente, se a notificação for feita por escrito.

A Escola informará ao Reclamante que o **arquivamento pode ser apelado** e dará a oportunidade de apelar. Se o arquivamento ocorrer após a notificação ao Respondente, o Respondente também será informado sobre o direito de apelação.

As apelações podem ser baseadas nos seguintes motivos:

- **Irregularidade processual** que alteraria o resultado;
- **Novas evidências** que poderiam alterar o resultado e que não estavam disponíveis no momento do arquivamento; ou
- **Conflito de interesse ou viés** do Coordenador do Título IX, Investigador ou Tomador de Decisão contra o Reclamante ou Respondente.

Se o arquivamento for apelado, a Escola irá:

1. Notificar as partes sobre a apelação, incluindo as alegações, caso não tenham sido previamente fornecidas;
2. Implementar **procedimentos de apelação igualmente para ambas as partes**;
3. Garantir que o **tomador de decisão da apelação** não tenha participado da investigação ou do arquivamento da reclamação;
4. Garantir que o tomador de decisão tenha sido **treinado conforme os regulamentos do Título IX**;
5. Oferecer às partes uma **oportunidade razoável e igualitária** de apresentar argumentos a favor ou contra o arquivamento; e
6. Notificar as partes do **resultado da apelação** e da justificativa para o resultado.

Quando uma reclamação é arquivada, a Escola deverá, no mínimo:

- **Oferecer medidas de apoio** ao Reclamante, conforme apropriado;
- Se o Respondente tiver sido notificado das alegações, **oferecer medidas de apoio** ao Respondente, conforme apropriado; e
- Tomar outras medidas rápidas e eficazes, conforme necessário, para garantir que o **assédio ou discriminação não continue ou se repita** no programa educacional ou atividade da Escola.

NOTIFICAÇÃO DAS ALEGAÇÕES

Ao receber uma reclamação que **não for arquivada** conforme este Procedimento, a Escola notificará as partes sobre:

1. Os **Procedimentos de Reclamação do Título IX** da Escola e, se aplicável, informações sobre o **processo de resolução informal**;

2. Informações suficientes para permitir que as partes respondam às alegações, incluindo as **identidades** dos envolvidos, a conduta alegada (assédio com base no sexo e/ou discriminação sexual), as **datas e locais** do incidente alegado;
3. Que as partes têm direito a **igual acesso às provas relevantes** ou a uma descrição precisa das mesmas; e
4. Que **retaliação é proibida**.

Se, durante a investigação, a Escola decidir investigar **alegações adicionais** não incluídas inicialmente, notificará as partes sobre as novas alegações.

Caso uma reclamação não tenha sido arquivada, a **notificação das alegações** será enviada às partes dentro de **cinco (5) dias letivos** após o recebimento da reclamação.

NENHUMA RECLAMAÇÃO REGISTRADA OU RETIRADA DA RECLAMAÇÃO

Início da Reclamação pelo Coordenador do Título IX

Na ausência de uma reclamação ou após a retirada de qualquer ou todas as alegações, o Coordenador do Título IX deverá determinar se iniciará uma reclamação formal. Para tomar essa decisão, o Coordenador do Título IX deverá considerar, no mínimo, os seguintes fatores:

1. Solicitação do Reclamante para não prosseguir com a reclamação;
2. Preocupações razoáveis com a segurança do Reclamante;
3. Risco de atos adicionais de discriminação sexual;
4. Gravidade da alegada discriminação, incluindo possíveis sanções disciplinares;
5. Idade e relação entre as partes;
6. Existência de padrões ou discriminação contínua que impacte múltiplos indivíduos;
7. Disponibilidade de provas; e
8. Capacidade da Escola de encerrar a discriminação sem iniciar os procedimentos formais.

Caso o Coordenador determine que a **conduta apresenta uma ameaça iminente e séria** ou impede o **acesso igualitário** ao programa educacional, o Coordenador poderá iniciar a reclamação formal.

Se o Reclamante decidir não registrar uma reclamação ou retirar uma reclamação já registrada, o Coordenador buscará tomar uma decisão dentro de **dez (10) dias letivos**, podendo ser estendido por **motivos justificados** ou **circunstâncias excepcionais**.

INVESTIGAÇÃO

A Escola garantirá uma **investigação adequada, confiável e imparcial** das reclamações. O **Coordenador do Título IX** conduzirá a investigação ou designará o **diretor, diretor assistente** ou outro responsável para conduzi-la. A Escola proporcionará **igual oportunidade** para as partes apresentarem **testemunhas factuais** e outras provas **inculpatórias e exculpatórias** que sejam relevantes e não proibidas por este Procedimento.

O **ônus da coleta de provas** recai sobre a Escola, e **não sobre o Reclamante ou o Respondente**, para determinar se ocorreu assédio ou discriminação com base no sexo. Durante a investigação, presume-se que o **Respondente não é responsável** pela discriminação alegada até que uma determinação seja feita ao final dos procedimentos de reclamação.

O investigador/tomador de decisão realizará uma **avaliação objetiva** de todas as provas relevantes e não proibidas por este Procedimento – incluindo tanto provas **inculpatórias** quanto **exculpatórias**. O investigador pode fazer **determinações de credibilidade**, mas tais determinações **não podem** se basear no **status** da pessoa como Reclamante, Respondente ou testemunha.

QUESTIONAMENTO DAS PARTES E TESTEMUNHAS

O investigador/tomador de decisão conduzirá ou estará presente durante as **entrevistas** das partes e testemunhas para avaliar **adequadamente** a credibilidade, quando a credibilidade for relevante para avaliar uma ou mais alegações de discriminação sexual.

O investigador/tomador de decisão pode optar por **atribuir menos ou nenhum peso** às declarações de uma parte ou testemunha que **se recusar a responder a perguntas** consideradas **relevantes e não proibidas**. Contudo, **não poderá** ser feita qualquer **inferência** sobre a ocorrência ou não de discriminação com base no sexo exclusivamente com base na **recusa** da parte ou testemunha em responder.

ACESSO OU DESCRIÇÃO DAS PROVAS RELEVANTES

A Escola fornecerá a cada parte **igual oportunidade** de acesso às **provas relevantes** relacionadas às alegações de discriminação sexual, da seguinte forma:

1. **Ao final da investigação**, mas antes da emissão da determinação final pelo investigador/tomador de decisão, a Escola oferecerá uma oportunidade igualitária de acesso às provas relevantes e não proibidas ou uma **descrição precisa** dessas provas, por um período de tempo limitado;
2. Após o **recebimento da notificação** sobre a oportunidade de acesso às provas ou descrição das provas, as partes terão **sete (7) dias corridos** para acessar as provas e apresentar respostas, se assim desejarem; e
3. A Escola tomará **medidas razoáveis** para prevenir e lidar com **divulgações não autorizadas** de informações e provas obtidas exclusivamente por meio dos procedimentos de reclamação. Divulgações feitas para fins de **processos administrativos** ou **litígios** relacionados à reclamação de assédio ou discriminação com base no sexo são autorizadas.

PROVAS RELEVANTES

Provas relevantes são aquelas relacionadas às alegações de assédio e/ou discriminação com base no sexo, investigadas como parte dos procedimentos de reclamação. **Perguntas são relevantes** quando buscam obter provas que possam ajudar a demonstrar se o assédio ou discriminação com base no sexo ocorreu, e **provas são relevantes** quando auxiliam o tomador de decisão a determinar se a discriminação ou assédio ocorreu.

PROVAS INADMISSÍVEIS

Os seguintes tipos de provas, e perguntas relacionadas a elas, são **inadmissíveis** (ou seja, não serão acessadas ou consideradas, exceto se a Escola determinar que alguma das exceções listadas abaixo se aplica; não serão divulgadas; e não serão utilizadas), independentemente de sua relevância:

1. **Provas protegidas** por um **privilegio reconhecido** por leis federais ou estaduais, a menos que a pessoa titular do privilégio ou confidencialidade tenha **renunciado voluntariamente** a esse privilégio ou confidencialidade;
2. Registros de uma parte ou testemunha feitos ou mantidos por um **médico, psicólogo ou outro profissional reconhecido ou paraprofissional** em conexão com o fornecimento de **tratamento**, a menos que a Escola obtenha o **consentimento voluntário por escrito** dessa parte ou testemunha para o uso nos procedimentos de reclamação; e
3. **Provas relacionadas aos interesses sexuais ou conduta sexual anterior** do Reclamante, exceto quando:
 - Oferecidas para provar que **alguém além do Respondente** cometeu a conduta alegada; ou
 - Relacionadas a incidentes específicos de **conduta sexual anterior** entre o Reclamante e o Respondente, oferecidas para provar **consentimento** à conduta alegada.
 - **Atividade sexual consensual anterior** entre o Reclamante e o Respondente, por si só, **não demonstra nem implica consentimento** à conduta alegada e **não impede** a determinação de que ocorreu assédio com base no sexo.

DETERMINAÇÃO

Após a **investigação** e avaliação de todas as **provas relevantes e admissíveis**, o investigador/tomador de decisão, no prazo de **vinte e cinco (25) dias letivos** a partir do recebimento da reclamação, deverá:

1. Aplicar o padrão de prova da **preponderância das evidências** para determinar se ocorreu **assédio ou discriminação com base no sexo**. Este padrão exige que o

investigador/tomador de decisão **avaliar as provas** relevantes e admissíveis quanto à sua **persuasão**. Se não houver **preponderância de evidências** para sustentar a reclamação, o tomador de decisão **não determinará** que houve assédio ou discriminação;

2. **Notificar as partes por escrito** sobre a **determinação final**, incluindo a **justificativa** para tal determinação e os procedimentos e bases admissíveis para apelação, se aplicável;

3. **Não impor sanções disciplinares** ao Respondente por assédio ou discriminação com base no sexo sob o Título IX, a menos que haja uma determinação, ao final do procedimento de reclamação, de que o Respondente **engajou-se na conduta proibida**;

4. Se for determinado que ocorreu assédio ou discriminação com base no sexo, o **Coordenador do Título IX** deverá, conforme apropriado:

- Coordenar a implementação de **remédios** para o Reclamante e outras pessoas identificadas que tenham tido **acesso limitado** ao programa educacional ou atividade da Escola devido à discriminação;
- Coordenar a **imposição de sanções disciplinares** ao Respondente, incluindo **notificação ao Reclamante** sobre tais sanções; e
- Tomar outras medidas **rápidas e eficazes** para garantir que o assédio e/ou discriminação **não continue ou se repita** no programa educacional ou atividade da Escola.

5. Não disciplinar uma parte, testemunha ou outros participantes dos procedimentos por **fazer declarações falsas** ou por **conduta sexual consensual**, baseando-se **exclusivamente** na determinação final de assédio ou discriminação. Essa limitação, no entanto, **não impede** a Escola de tomar **medidas disciplinares** para tratar declarações falsas ou conduta consensual, **desde que haja outras provas independentes** da determinação final.

SANÇÕES DISCIPLINARES E MEDIDAS CORRETIVAS

Pessoas que praticarem **assédio com base no sexo, discriminação sexual ou retaliação** poderão estar sujeitas a **medidas disciplinares**, incluindo, mas não se limitando a:

- Repreensão;
- Suspensão;
- Rescisão de contrato de trabalho;

- Expulsão de estudantes (conforme aplicável sob **M.G.L. c. 71, §§ 37H ou 37H ½**);
- Outras sanções determinadas pela administração da Escola, respeitando os **requisitos processuais aplicáveis**.

Embora o **Respondente** possa estar sujeito à **remoção de emergência** de acordo com o Título IX a qualquer momento, ele **não poderá** ser submetido a **sanções disciplinares** relacionadas à discriminação ou assédio até que o **processo de reclamação** seja concluído.

PROCESSO DE APELAÇÃO

Se o **Reclamante** ou o **Respondente** estiver insatisfeito com a determinação do investigador/tomador de decisão, poderá apresentar **apelação** ao **Superintendente** ou seu designado no prazo de **sete (7) dias corridos** após o recebimento da notificação da determinação, exceto em circunstâncias em que o Respondente esteja sujeito a **suspensão de longo prazo** em decorrência de uma decisão sobre discriminação, assédio ou retaliação. Nesses casos, os **direitos de apelação** do Respondente serão fornecidos de acordo com os **procedimentos de devido processo disciplinar** aplicáveis (por exemplo, **M.G.L. c. 71, 37H, 37H ½, 37H ¾** ou acordos coletivos/contratos de trabalho).

Como apelar:

- A apelação deve ser feita **por escrito** (email é suficiente) ao Superintendente ou por correio eletrônico para **hriccio@essextech.net**.
- O Superintendente ou designado tomará uma decisão sobre a apelação no prazo de **trinta (30) dias corridos** a partir da data de recebimento da apelação escrita.

RESOLUÇÃO INFORMAL

Como alternativa ao processo formal de investigação estabelecido nos Procedimentos de Reclamação do Título IX, a Escola poderá oferecer às partes a opção de participar de um **Processo de Resolução Informal**, conduzido por profissionais treinados que **não atuarão** como investigadores ou tomadores de decisão nos procedimentos formais.

- **Não é necessário** o registro formal de uma reclamação para iniciar o processo de resolução informal.
- A resolução informal pode ser oferecida quando a Escola receber informações sobre conduta que possa constituir **discriminação sexual** ou quando uma reclamação for registrada.
- Ambas as partes devem fornecer **consentimento voluntário, informado e por escrito** antes do início do processo.

Antes de iniciar a resolução informal, a Escola fornecerá:

- **Notificação das alegações;**
- **Direito de se retirar** do processo informal e iniciar os **procedimentos formais;**

- Aviso de que **acordos firmados** ao final do processo informal **impedem** o uso dos procedimentos formais para as mesmas alegações;
- Termos potenciais que podem ser solicitados ou oferecidos no acordo informal;
- Informações sobre como os dados do processo informal serão **mantidos** ou divulgados em procedimentos formais, se iniciados ou retomados.

A Escola **não oferecerá resolução informal** em casos que envolvam alegações de que um **funcionário assediou um estudante** ou quando o processo **conflitar** com leis federais, estaduais ou locais.

O Processo de Resolução Informal não deve exceder **vinte e cinco (25) dias letivos**, a menos que haja uma **extensão** acordada pela Escola e consentida por ambas as partes.

REGISTRO E ARQUIVAMENTO DE DADOS

Os seguintes registros relacionados a este Procedimento de Reclamação serão mantidos por um período de **sete (7) anos**:

- Documentação do **processo de resolução informal** ou **procedimentos de reclamação** e seu resultado;
- Documentação de todas as **notificações** recebidas pelo Coordenador do Título IX sobre condutas que possam constituir **assédio com base no sexo, discriminação sexual ou retaliação** e as **ações tomadas** pela Escola para responder prontamente e de maneira eficaz.

NOTIFICAÇÃO SOBRE O COORDENADOR DO TÍTULO IX

A Escola notificará os **estudantes, funcionários, candidatos a admissão ou emprego, pais e responsáveis legais** dos alunos e sindicatos sobre as seguintes informações do Coordenador do Título IX:

- **Nome;**
- **Cargo;**
- **Endereço do escritório;**
- **Endereço de e-mail;**
- **Número de telefone.**

Essas informações serão exibidas **proeminentemente no site da Escola.**